

No rastro do “protonacionalismo” português no Grão-Pará e da (re)criação das identidades da população de Nova Mazagão no Cabo Norte.

Yure Lee Almeida Martins*

Resumo

O presente artigo pretende fazer uma discussão sobre as questões de nação, nacionalismo, nacionalidade e pátria presentes nas políticas populacionais portuguesas em finais do século XVIII e início do século XIX, principalmente a partir do Período Pombalino. Esse período é classificado como “protonacionalista”, onde ideias como “nação” e “nacionalismo” ainda são bastante incipientes. Mesmo assim, as particularidades da história de Portugal, um país que teve suas fronteiras praticamente definidas ainda na Idade Média, o torna uma nação prematura, já apresentando, a partir do período pombalino, e mesmo antes, características que as nações modernas só passariam a desenvolver no decorrer do século XIX. Em um segundo momento, irei abordar como a população mazaganista no Pará se relacionava com este protonacionalismo presente nas políticas portuguesas e passavam a rearticulavam sua identidade.

Palavras Chave: Políticas populacionais, Nova Mazagão, Amazônia Colonial e identidades.

Durante o século XVIII, principalmente a partir da segunda metade, importantes políticas portuguesas passaram a ser implementadas no que hoje conhecemos como região Norte do Brasil, ou Amazônia Brasileira. Essa região era uma das duas colônias portuguesas no Continente Americano, o Grão-Pará e Maranhão, a outra colônia era o Brasil.

Dentre as políticas importantes que mencionamos podemos listar a expulsão das ordens missionárias da região, a criação do Diretório dos Índios, a criação da

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-UFPA.

Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a iniciativa, até então inédita fora de Portugal, de executar recenseamentos oficiais para toda a população.

Segundo vasta produção historiográfica, esse conjunto de fatores é identificado como “Projeto Pombalino”. E a aplicação destas políticas na região tem sido classificada como “Projeto Pombalino para Amazônia”. Apesar do anacronismo na nomenclatura do conjunto de políticas de Pombal na região, com o emprego da palavra “Amazônia”, ele é bastante corrente até mesmo em textos bastante recentes.

Utilizarei a expressão “Projeto Pombalino”, principalmente por questões didáticas, entendendo como conjunto de políticas que passaram a ser implementadas a partir do ministério de Pombal e que esta personalidade foi de enorme influencia mesmo após sua retirada da cena política portuguesa em 1777. Assim almejo tentar me isentar de entrar na discussão de o que foi o “Projeto Pombalino”? E se realmente existiu um “Projeto Pombalino na Amazônia”?

A política dos recenseamentos e um “protonacionalismo português” no Grão-Pará.

Em outro artigo iniciei uma discussão sobre a função e o que se desejava representar nos recenseamentos realizados no Grão-Pará entre o fim do século XVIII e início do XIX. Portanto, de certa forma este artigo é uma continuação de uma discussão que iniciei em outro texto¹. Detive minhas atenções ao modelo dos mapas populacionais, resumos, uma espécie de “extrato”, dos recenseamentos completos realizados no Estado, partindo do modelo enviado para o governo em 1773.

No período entre 1773-1797 foram realizados vários recenseamentos gerais no Estado (1773, 1774, 1775, 1776, 1777, 1778, 1779, 1783, 1789 e 1797), enquanto outras freguesias foram objeto de registros especiais, como Mazagão em 1783-84, Macapá e Mazagão recenseadas em uma contagem que não descriminou as duas vilas, no ano de 1808, e as freguesias de Belém no ano de 1784.

¹ MARTINS, Yure L.A. Mapas populacionais paraenses de fins do século XVIII: crítica documental, problemáticas e possibilidades frente a uma renovada história quantitativa e demográfica. Artigo completo aceito para publicação nos Anais III Seminário Internacional de História e Historiografia e X Seminário de Pesquisa do Departamento de História da UFC. Ainda não publicado.

Ao evidenciamos a simples continuidade de se contabilizar a população da região verificamos, não só a efetivação de uma política de controle populacional que estava sendo implementada de fato no Pará. E que se planejava estender a todo o Império Português, como também verificamos o quanto a região era cada vez mais importante estrategicamente para a balança comercial da Coroa Portuguesa ².

É sempre bom lembrar que no decorrer do século XVIII, a importância das colônias africanas e mesmo orientais ficaram consideravelmente abaladas. É nesse sentido que o Brasil e o Grão-Pará ganhavam cada vez mais importância para Portugal. Além da política de recenseamentos, o Diretório dos Índios também foi implementado de forma pioneira no Grão-Pará. E nesse sentido, em um contexto global, que devemos entender a afirmativa Rosa Acevedo, de que é principalmente “a partir do ministério pombalino que se articulou povoamento com projetos geopolíticos e mercantilistas no Grão-Pará” (MARIN. 2002: 43-66.).

Se somarmos isso á políticas portuguesas que tomaram corpo fortemente a partir da segunda metade do século XVIII, como a abolição da tutela religiosa, a emancipação indígena e o incentivo econômico na Colônia do Norte (principalmente através da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão). As chamadas “Três leis de 1755”.

Encontramos uma tendência que nas palavras de Eric Hobsbawm foi caracterizada como *protonacionalismo* em diversas regiões do mundo ocidental, e que não foi diferente em Portugal e suas colônias. Apesar de o livro *Nações e Nacionalismo desde 1780* se deter grandemente sobre as questões em torno das nacionalidades no decorrer do século XIX, as discussões em torno do *protonacionalismo* são fundamentais para se entender o desdobramento das políticas Lusas tanto em Portugal como no Ultramar.

Segundo Hobsbawm, o conceito de *protonacionalismo*, ou *protonacionalismo popular*, tem que ser entendido em duas esferas, uma literalmente popular, dando

² Para ver como a política dos recenseamentos também foi aplicada na África Oriental e de forma muito similar á realizada na Amazônia. Ver: WAGNER, Ana Paula. POPULAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: Recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em História junto ao Programa de Pós-graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. 2009.

enorme importância ao fato e a forma de como homens e mulheres comuns sentiam-se a respeito destas nascentes nacionalidades, e por fim como o Estado administrativo moderno ajudou a patrocinar a emergência destes *nacionalismos*. Sempre buscando maneiras de se consolidar e garantir sua existência enquanto Estado e a manutenção de um território que gradativamente passou a ser chamado e considerado como “nacional” (HOBSBAWM. 2002: 63-94.).

Além do *protonacionalismo*, Hobsbawm trabalha com os conceitos de *nação* e *nacionalismo*. Buscarei entender estes dois conceitos dentro das particularidades da história de Portugal e do Grão-Pará, onde também é de fundamental importância a palavra *pátria*.

Em uma rápida pesquisa em dicionários antigos do século XVIII e XIX procurei as seguintes palavras: *Estado*, *Pátria*, *nação*, *nacional* e *nacionalismo*. O meu primeiro estranhamento foi o fato de não encontrar a palavra “nacionalismo” em nenhum dos três dicionários antigos que consultei³.

Foi um estranhamento pessoal. Pois a vasta bibliografia sobre o assunto admite o surgimento do nacionalismo durante o século XIX, principalmente nas últimas décadas, o que me levou a pensar que a palavra já existia ao menos alguns anos antes, mesmo que com significado não muito bem desenvolvido. Neste sentido, o desenvolvimento do significado destas palavras estaria diretamente vinculado a um sentido de identificação nacional.

Segundo Koselleck, as palavras levam a sentidos e os sentidos a conteúdos. As palavras carregam significados que se desenvolvem e se tornam mais complexos. Este é o processo de abstração das palavras que leva a confecção de conceitos (KOSELLECK. 1992: 135).

³ Os dicionários consultados foram: BLUTEAU, Raphael. VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra, ano 1728. Edição online. <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/>; SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Segunda edição da edição original de 1789. Edição online. <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2> ; e PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3

Hobsbawm percebeu que antigos dicionários espanhóis apresentavam definições muito diferentes das atuais para palavras como “Estado”, “Nação” e “Língua”. E também não se encontrava a ideia de que o “governo” estivesse semanticamente ligado a “nação”, também não era muito comum (HOBBSAWM. 2002: 27-28). Fazemos então uma análise sobre o termo “nação”. A Palavra apresenta os seguintes significados entre o início do século de XVIII e o início do XIX:

“NAÇÃO. Nome colectivo, que se diz da Gente; que vive em alguma grande região, ou Reyno, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto he diferença nação de povo, porque a nação cooprehende muitos povos; assim Beirões, Minhotos, Alentejoens, &c, compõem a nação Portuguesa; Bavaros, Saxões, Suabos, Amburguezes, Brandemburgueses, &c, compõem a nação Alemã; Castelhanos, Aragonezes, Andaluze, &c, compõem a nação Hespanhola. (BLUTEAU. 1728: 658).

O dicionário Bluteau é do ano de 1728. Percebemos que o termo “nação” não tenta vincular a ideia de que uma nação é composta por um único povo. Ocorre justamente o contrario. O verbete faz claramente uma diferenciação entre nação e povo. Logo os portugueses são compostos de diversas nações menores, “*Beirões, Minhotos, Alentejoens, &c*”. Alguns anos depois já se percebe uma mudança considerável. O dicionário Antonio Moraes Silva, de 1789, apresenta o seguinte verbete para a palavra:

Nação. S.f. É a gente de um paiz, ou região, que tem língua, Leys e Governo á parte. Nação Franceza, Hespanhola, Portuguesa. Gente de nação, descendente de judeos, Christãos Novos. Raça, casta, espécie (SILVA. 1789: 332).

Percebemos que o significado atribuído á “nação” é diferente. Ao invés de várias pequenas nações, existem a “*Nação Franceza, Hespanhola, Portuguesa*”. E apesar de não encontrarmos a palavra “Estado”, com o significado de Estado-nação, a semântica das demais palavras está diretamente ligada as leis, língua e Governo. O que nos deixa

muito próximos da ideia de Estado. Por fim, o dicionário Luiz Maria da Silva Pinto de 1832, apresenta um significado não tão diferente do de 1789:

NAÇÃO. S. PL. a gente de hum paiz, que se governa por suas leis particulares. Casta, raça. [...]. Descendentes de judeos, christãos novos (PINTO. 1832: Sem paginação).

Tanto no dicionário de 1789 como no de 1832, já percebemos uma acentuação do conceito de “nação” ligado a um governo, leis e uma “raça”, no sentido de povo. Segundo Hobsbawm, os dicionários europeus de outras regiões caminham de forma semelhante, com o avançar das décadas do século XVIII para o XIX. Palavras como, “pátria” e “nação” passam gradativamente do significado de pequenas pátrias, clãs locais, para identificações mais extensas que admitam a existência de Estados maiores, com uma nação que busca afirmar seu território (HOBSBAWM. 2002: 28-29).

Em poucas palavras, com “nacional” e “pátria”, a mudança semântica segue a mesma linha. Curiosamente o termo “estado”, não parece ter ainda um significado semelhante ao de Estado-nação. Apresentando-se como “*estado das coisas, riqueza, família ou a posse de terras de um soberano*” (PINTO. 1832: Sem paginação), não estando semanticamente ligado a um Governo, mas uma realeza. Bem ao estilo do Antigo Regime.

Ainda segundo Hobsbawm, as economias europeias passaram a se desenvolver através da definição de fronteiras estatais. Com as quais se inseriam no sistema econômico mundial. Nesse processo surgiram os Estados territoriais pautados em políticas mercantilistas, Estados estes que se mantiveram entre os mais ricos e poderosos Estados do mundo, sem novos concorrentes até poucas décadas (HOBSBAWM. 2002: 37-40).

Nesse sentido, a questão da fronteira como elemento característico do Estado-nação em expansão e posteriormente mercantilista tem longas raízes na Península Ibérica. A questão da definição de fronteiras é um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento dos Estados-nação modernos.

E isto foi algo muito precoce tanto para a história de Portugal como para Espanha. Ainda no século XII, no tempo da Reconquista Cristã, os reis portugueses e espanhóis já tinham desavenças sobre a posse cristã da região sudoeste da península (COUTINHO. 1992: 855). E foi no reinado de D. Dinis em 1297, que após o Tratado de Alcanises, ficaram definidos os limites territoriais de Portugal, isto é, a sua fronteira “nacional” (AMARAL. 1990).

As fronteiras entre os impérios ultramarinos continuou a ser alvo de constantes discórdias entre portugueses e espanhóis dos tempos dos descobrimentos ao século XVIII, tanto para as possessões na América, como no Oriente e na África. A partir da primeira metade do *setecentos* essas divergências sobre os limites e demarcações tomaram um aspecto mais violento chegando a gerar conflitos entre lusos e hispânicos na América do Sul (1735 e 1737). Após um ápice de discussões, o tratado de Madri assinado em 1750 parecia ter resolvido o problema. No entanto coube aos primeiros anos do ministério pombalino implementar o tratado.

Por outro lado, desde a década de 1740 que o comércio das drogas do sertão, trabalho de coleta de gêneros exóticos para exportação, realizado pelos índios em meio a mata e organizado principalmente pelas missões, estava em crise com a constante queda dos preços. A solução encontrada foi a domesticação do arroz e anil e grandes incentivos ao plantio desses gêneros (RAVENA. 2005: 131.).

Agravava-se assim a situação do sistema de produção e abastecimento das missões (RAVENA. In: MARIN (org.) 1998: 29-52). Mais a frente, isso se complementaria com o projeto do índio-cidadão idealizado por Pombal como forma de utilizar o nativo como produtor, trabalhador e povoador (SOUZA JR. 2001: 35.54.). Com a expulsão dos jesuítas e mais tarde das outras ordens religiosas cabia unicamente ao Estado organizar uma nova rede de abastecimento na América Portuguesa.

Segundo Mauro Coelho, no sentido de superar-se a submissão do homem pela natureza, no século XVIII iniciou-se um projeto que visava enquadrar definitivamente o indígena ao processo colonizador. Dessa forma o “Diretório dos Índios” era entendido como um grande empreendimento da metrópole no Vale Amazônico (COELHO. 2005: 24-25).

Múltiplas identidades Luso-Marroquinas no Cabo Norte.

Já algum tempo me detenho em pesquisar a Vila de Nova Mazagão e sua população, tanto no Cabo Norte como em outras regiões do Grão-Pará, e até fora dele quando me é possível. Tenho buscado fazer uma prosopografia, ou biografia coletiva, para isso uso mão da confecção de diversas listagens onomásticas, transcrição de recenseamentos antigos e correspondências de diversos fundos, a maioria datada das últimas décadas do período colonial. Utilizando a prosopografia, tento construir uma espécie de linha do tempo de toda uma população, feita família a família, indivíduo a indivíduo.

Isso tem me permitindo observar todos os grupos sociais existentes entre minha massa populacional em estudo para poder tentar ver suas dinâmicas internas e como traçam seus relacionamentos entre si e com outros grupos. Além de observar como constroem os seus espaços de poder. Em poucas palavras, isso tem me auxiliado na compreensão dessas redes e suas configurações (ALMEIDA. 2011).

Mas todo o trabalho feito até esse momento ainda não me permite utilizar amplamente estas biografias. O que me traz aqui neste momento é tentar entender como identidades são construídas e reconstruídas dentro de um universo comum a todo este largo grupo populacional, que é a migração de Mazagão no Marrocos até a colonização no Grão-Pará.

Mas do que elementos comuns na história de um largo grupo populacional, o que nos interessa particularmente é a experiência de cada homem e mulher e como eles articularam suas identidades através dessa experiência (SABATO. 2009).

De modo geral, a população de Nova Mazagão, atualmente Amapá, era em grande parte oriunda do Marrocos, da Fortaleza de Mazagão, a última fortaleza portuguesa na África. Durante as décadas de 1750 e 1760, após o esgotamento de suas minas de ouro e prata, a fortaleza deixou de receber maiores atenções e investimentos do governo português. E com os cada vez mais intensos ataques de mouros e berberes da região, a cidade-fortaleza passou a ser gradativamente desocupada.

Até que no ano de 1768, um ataque em massa liderado por Mulah Mohamed ou Sidi Mohamed ben Abdallah, de Marrakesh, fez com que a ordem de evacuação definitiva de Mazagão fosse realizada. Toda a população de Mazagão foi evacuada para Lisboa, e em seguida para Belém, de onde seriam encaminhadas ao longo dos anos para seu destino final como colonizadores de Nova Mazagão, no Cabo Norte, Estado do Grão-Pará e Maranhão. Região fronteiriça com Caiena e carente de almas desde muitas décadas. Em geral, tanto a migração como a vida de colonos destas pessoas para as Américas não foi muito gloriosa, como era dito de sua vida em combate com os mouros na África⁴.

Pela pesquisa documental pude perceber que estes “colonizadores”. Forma como o Governo do Pará e o Conselho Ultramarino gostava de se referir a eles, apesar dos mazaganiastas não gostarem de ser referidos desta forma, apresentavam diversas identidades coletivas conforme a situação em que se encontravam. Podiam ser os “fieis vassalos” do rei de Portugal quando requeriam algo, “miseráveis degredados” quando requeriam outras coisas ou ainda “de excelentes préstimos bélicos” quando se tratava de seguirem carreira de armas.

Segundo Beatriz Furlanetto, “as mudanças estruturais das sociedades modernas no final do século XX fragmentaram as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais” (FURLANETTO. 2008: 235).

Por mais que façamos as ressalvas, há de se admitir que assim como as mudanças em nossa sociedade ocorridas em fins do século XX, as mudanças ocorridas com a população de Mazagão entre 1768 e 1770 foram extremamente difíceis e traumáticas. Causando, dentro de sua realidade muito particular, uma crise de identidades e uma perda de raízes por parte daquele grupo.

Furlanetto citando Woodward, afirma que a identidade pode ser definida como “produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares”, demonstrando que a identidade é relacional e, para

⁴ Para maiores detalhes sobre a migração de mazaganistas para Lisboa e para o Pará. Ver: Vidal, Laurent. Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783). São Paulo. Martins: 2008. E MUNIZ, João de Palma. “Município de Mazagão”. In: Annaes do Arquivo e Biblioteca Pública do Estado do Pará. Tomo Nono, 1916. PP. 383-515.

existir, depende de outra identidade diferente e fora dela. Sua construção é tanto simbólica quanto social. De acordo com Hall, o conceito de identidade “é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea” (FURLANETTO. 2008: 237-238).

Em 11 de novembro de 1773 o capitão de Infantaria e alcaide-mor da extinta Praça de Mazagão, Francisco de Azevedo Coutinho Teles de Lourenço, enviou um ofício para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, reivindicando o seu provimento no posto de capitão de Infantaria de Vila Nova de Mazagão no Estado do Pará, com o respectivo soldo, em compensação pelos prejuízos resultantes da sua passagem para a América, ou a concessão de uma licença para passar ao Reino onde irá cobrar os soldos que ainda lhe são devidos. Ele termina a correspondência levantando um tom nostálgico afirmando a nobreza de seus bisavós, que também serviram ao rei em postos militares semelhantes na praça de Mazagão para obter seus soldos⁵.

Em um mesmo documento, Francisco de Azevedo Coutinho Teles de Lourenço utiliza tanto sua identidade de nobre, como de credor da Coroa Portuguesa, e articula estas duas formas de se apresentar ao Conselho Ultramarino para tentar se estabelecer da melhor forma no Pará.

Retomando o pensamento de Furlanetto, após estas mudanças bruscas em nossa realidade social, nossas individualidades culturais se revigoram tentando estabelecer novas redes de contato como para projetar nossas identidades culturais variáveis e problemáticas (FURLANETTO. 2008: 238-239).

Outro caso curioso é o de Antônio Vieira Correia da Maia. Em 15 de outubro de 1777 ele enviou um requerimento á rainha D. Maria I. Onde afirmava ser cadete da 5ª Companhia de Infantaria do Regimento do Macapá. Para em seguida solicitar sua nomeação para ocupar o posto de capitão de Infantaria do seu Regimento, em recompensa pelos serviços prestados por si e por seu pai, Manuel Gonçalves Videira, que havia servido na Praça de Mazagão na África.

Ele apresenta suas credenciais de cavaleiro fidalgo da casa de sua majestade, faz reminiscências sobre a vida seu pai, avô e demais seus ascendentes. Faz questão de

⁵ AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6069.

ressaltar o fato de como estes foram valorosos aos reis de Portugal no combate aos mouros. Tendo inclusive alguns destes parentes tendo perecido nas mãos dos mouros ou tendo permanecido em cativeiro por anos ⁶.

A identidade solicitada aqui é tanto a de nobre como a de guerreiro, mas que não deixa de entrar em conflito com a de vassalo da Rainha, como um indivíduo em situação econômica difícil. Uma vez que, por mais que os soldos atrasassem constantemente e por largos períodos, eles eram insistentemente almejados pela população de Nova Mazagão. Isso fica claro com os diversos pedidos de patente feitos pelos mazaganistas e seus descendentes entre as décadas de 1770 e 1790 ⁷.

Não podemos desconsiderar que as oportunidades de trabalho na vila eram poucas. Existiam os pouquíssimos empregos da administração colonial na vila, o trabalho agrícola e o serviço militar.

Ser promovido para um posto no regimento de Macapá era minimamente a autorização para deixar a vila. Diversos eram os pedidos de autorização dos mazaganistas para poderem partir de lá. Sem mencionar as dificuldades materiais que tanto reclamavam, como a miséria ⁸ e ruínas de suas moradias ⁹. A ponto de qualquer lugar fora ser considerado uma chance muito melhor de sobrevivência.

Vários fatores comuns, tanto nas histórias individuais, como em problemas comuns a população de Nova Mazagão, fizeram surgir entre eles um forte sentimento de unidade, comunidade. Magda Ricci aponta um processo semelhante ao surgimento de uma identidade regional entre uma larga parte da população do Pará. Os cabanos, segundo ela, criaram a identidade de “patriotas”. Isto criou uma unidade entre vários

⁶ AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6470.

⁷ Contabilizei em torno de 40 pedidos nesse período, apenas na documentação pesquisada nos cd-rooms do Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Barão do Rio Branco, Documentos avulsos.

⁸ Requerimento “da Corporação da Camara, nobreza, e parte da população” dos moradores da extinta praça de Mazagão e moradores no Estado do Pará, para a rainha [D. Maria I], queixando-se da situação de miséria em que se encontram naquele Estado do Pará e solicitando providências para a remediar. 8 de outubro de 1778. AHU_ACL_CU_013, Cx. 80, D. 6639.

⁹ Ofício do governador João Pereira Caldas, para Martinho de Melo e Castro. Pará, 5 de fevereiro de 1779. Anexo número 2. Atestado de Francisco de Souza Estrela, mestre carpinteiro, e Joaquim Antonio, mestre pedreiro ambos das reais obras da Vila de Mazagão. Nele Francisco estrela afirma que haviam construído a vila, no entanto não eram responsabilizados pelos moradores pelo estado de ruína a qual as construções da vila se encontravam. AHU_ACL_CU_013, Cx. 82, D. 6720.

grupos sociais e étnicos, que ao perceberem lutas e problemas em comum acabavam por se associar (RICCI. 2006: 22.).

Dentre os fatores que ligavam a população de mazaganistas e que as faziam-lhes compartilhar boa parte do seu destino, podemos citar o trabalho. O parco trabalho agrícola realizado na vila. Não encontramos mais do que pequenas plantações de arroz, milho, feijão, algodão, maniva e cacau na localidade no ano de 1808 ¹⁰.

A agricultura familiar era a principal força de trabalho da vila. Não seria de outra forma que ele seria mobilizado. As poucas posses da população mazaganista no Pará era constantemente lembrada tanto por eles como pelas autoridades. Um dado que comprova isso é o fato de no ano 1778 encontrarmos apenas 46 escravos entre os moradores ¹¹, sendo que não podemos distinguir quantos eram crianças. Uma vez que receber escravos crianças era uma antiga queixa apresentada para Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão ¹².

Em sociedades pré-capitalistas, principalmente as concentradas em atividades econômicas rurais, a agricultura familiar é de enorme importância. E temos que entendê-las como unidades produtoras em sincronia com o comportamento econômico de seus membros, tentando perceber a interação destes com a economia regional e como estes camponeses ocidentais buscavam formas de sobrevivência quando não inseridos nessas atividades econômicas (ANDERSON. 2001: 62-73.).

Além do cotidiano de trabalho os momentos de interação de toda a comunidade também são fundamentais para a definição dessa identidade de grupo, da ideia de comunidade. Apesar de nos ser muito difícil perceber estas atividades através da documentação. Elas não são totalmente imperceptíveis.

Segundo Katy Motinha devido ao fato de entre os mazaganiastas haver muitas pessoas nativas de regiões como Açores, especialmente das ilhas de São Miguel, Faial e Graciosa, localidades em que existem festejos antigos com celebrações do Divino Espírito Santo. Estes membros do grupo que migrou da Fortaleza de Mazagão e que

¹⁰ APEP, Códice 639. Censo de Macapá, ano 1808.

¹¹ AHU_ACL_CU_013, Cx. 94, D. 7509. Recenseamento do Pará de 1778, "Freguesia de Mazagão".

¹² APEP. *Correspondência dos Governadores com diverso*. Códice 290. Doc. 143 e Doc. 152 e AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5933.

para cá vieram tentaram buscaram uma forma de recriar algumas de suas antigas tradições (MOTINHA. 2008: 13.).

Nesse sentido o festejo religioso estaria diretamente ligado aos inúmeros problemas materiais da vila. Como o Divino é uma entidade, que como o próprio nome diz, é divino. Muito das angustias, medos e desejos pessoais eram depositados na fé. E nesta fé, não somente na comunidade do cotidiano, mas também na comunidade espiritual surgem múltiplos laços de solidariedade.

Em sentido mais amplo podemos pensar nas famílias. Que para a administração portuguesa, eram constantemente simples domicílios, número de moradias com pessoas dentro. A família, por ser o primeiro círculo de sociabilidade do homem. Passa também por uma ampliação de seus relacionamentos em nível mais afetivo no correr desse processo.

Não era movida por outro sentimento que um aumento exponencial das relações sentimentais que a viúva Apolônia da Silva, que faleceu em Belém, legou para seus filhos D. Maria Antonia e Pedro da Cunha Valente a única coisa que ainda possuía de valor, os seus “vencimentos das gentes de Mazagão”¹³.

Esse conjunto de sentimentos coletivos deu origem a uma identidade comum para aquela população. Não eram mais os Mazaganistas, guerreiros da África. Nem tão pouco, admitiam serem simples colonos agricultores. Assumiam para si parte do discurso das autoridades portuguesas.

Uma identidade de comunidade é algo mais palpável principalmente quando nos confrontamos com uma das três solicitações coletivas para se pedindo o direito de abandonar a Vila Nova de Mazagão como a de 1779. Nela toda a comunidade é tratada pelas autoridades portuguesas como um único ser. Não estavam sendo bem utilizados na defesa contra os franceses. Uma vez que a nova vila ainda não lhes permitia grande locomoção devido aos caminhos pantanosos que não foram limpos. Além de também serem identificados como uma enorme soma de gastos, com a construção de Nova

¹³ 14ª vara cível / cartório Fabiliano Lobato. Testamento de viúva Apolônia da Silva. Data: 20 de maio de 1806. Belém.

Mazagão e com os soldos, tenças e moradias, que deveriam ser pagos pelo Governo do Pará¹⁴.

Esse conjunto de fatores mostra tanto elementos que fazia surgir entre eles uma identidade de grupo, como os elementos que levavam a administração portuguesa a preferir tratar com a população dos mazaganistas que diretamente com os indivíduos. “Mazaganistas” ou “Mazaganenses”, este segundo termo aparece ser relativo aos descendentes dos primeiros colonos da Mazagão do Marrocos.

Podemos dizer que estes homens e mulheres eram sim, agricultores, a contra gosto, que na maioria trabalhavam em grande dificuldade no cultivo de arroz, mas estavam sempre dispostos a lutar nos conflitos com os franceses de Caiena. Mas de forma alguma faziam questão não de deixar bem claro o fato de serem descendentes de grandes guerreiros que serviram a muitos reis de Portugal em séculos de cruzadas contra os mouros. Eram uma somatória de experiências adquiridas das múltiplas regiões onde viveram. Tanto do árido Marrocos como do úmido Cabo Norte.

Considerações “finais”

Não creio que o que irei escrever par finalizar este texto seja algo realmente final. A pesquisa ainda acontece. E por mais que a escrita seja o momento onde ela, a pesquisa, se materializa. Só posso afirmar que tenho muito caminho a percorrer.

As discussões em minhas disciplinas de mestrado foram fundamentais para o direcionamento da pesquisa. Especificamente para este texto. Ter contato com a literatura historiográfica pertinente á temática “nacionalismo” me fez rever meu objeto.

Pensar e problematizar várias questões consolidadas longamente pela historiografia como “Projeto Pombalino”, não no sentido de minar uma linha de discussões já muito embasada, mas no sentido de pensar sobre uma nova perspectiva.

Procuo encontrar meios para poder perceber de forma cada vez mais nítida como as políticas pombalinas se enquadram no que Eric Hobsbawm chama de

¹⁴ AHU_ACL_CU_013, Cx. 82, D. 6720.

“Protonacionalismo”. Nesse sentido que busco pensar os projetos políticos, colonizadores, de defesa das fronteiras e econômicos em suas relações diretas e indiretas com o meu objeto. A população de Mazagão, que em grande parte se estabeleceu na Vila Nova de mesmo nome.

É impossível pensar-se qualquer momento da história sem que aja um jogo de escalas. O micro e o macro sempre estão diretamente se relacionando em todas as esferas (social, política, religiosa) e em todos os tempos (REVEL. 1998). Portanto, há uma relação direta entre a mais ampla política portuguesa, como a política dos recenseamentos ou do Diretório e o mais pobre agricultor mazaganista. Em algum momento aquilo que chamamos de micro e de macro escala se encontram e se relacionam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho de 2011.

AMARAL, Luís Carlos. & GARCIA, João Carlos. O Tratado de Alcanices (1297): uma construção historiográfica. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1990. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4045.pdf>

ANDERSON, Michael. Approaches to the history of the western family, 1500-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BLUTEAU, Raphael. VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico [...]. Coimbra, ano 1728. Edição online: <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/>

COELHO, Mauro Cezar. *Do Sertão para o Mar: Um estudo da experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História), São Paulo: USP, 2005.

COUTINHO, Valdemar. O fim da reconquista e a construção de fortificações na região fronteiriça do Algarve. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1992. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4040.pdf>

FURLANETTO, Beatriz Helena. Múltiplas identidades na pós-modernidade – uma polifonia em construção. Anais do II Simpósio de Violão da Embap, 2008.

HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Editora: PAZ E TERRA. 2002.

KOSELLECK, Reinhart. Uma historia dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, V.5, nº 10 (1992)

MARIN, R. E. A. “Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas. Açorianos no Cabo Norte Século XVII”. In: BARROSO MACIEL, V. L. Açorianos no Brasil. Porto Alegre: Ed. Est., 2002.

MARTINS, Yure L.A. Mapas populacionais paraenses de fins do século XVIII: crítica documental, problemáticas e possibilidades frente a uma renovada história quantitativa e demográfica. Artigo aceito para publicação nos Anais III Seminário Internacional de História e Historiografia e X Seminário de Pesquisa do Departamento de História da UFC. Ainda não publicado.

MOTINHA, Katy Eliana Ferreira. Vila Nova de Mazagão: espelho de cultura e de sociabilidade portuguesas no vale amazônico. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2008.

MUNIZ, João de Palma. “Município de Mazagão”. In: Annaes do Arquivo e Biblioteca Pública do Estado do Pará. Tomo Nonno, 1916. PP. 383-515.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Edição online: www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. Novos Cadernos NAEA. v. 8, n. 2, p. 125-149, dez. 2005, ISSN 1516-6481. P.131.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas. In: MARIN, R. E. A. (org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFGA, 1998, PP. 29-52.

REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas: a experiência da micro análise, Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Revista Tempos, 2006.

SABATO, Hilda. Soberania popular, cidadania, e nação na América Hispânica: a experiência republicana no século XIX. Almanack brasiliense número 9, maio de 2009.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Segunda edição da edição original de 1789. Edição online. <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>

SOUZA JR, José Alves de. O Projeto Pombalino para Amazônia e a “Doutrina do Índio-cidadão”. In: Pontos da História da Amazônia. FILHO, Armando Alves; SOUZA JÚNIOR, José Alves; e NETO, José Maia Bezerra. 3ª Ed. Ver. Ampl.-Belém: Paka-Tatu, 2001. PP. 35.54.

VIDAL, Laurent. Mazagão a cidade que atravessou o Atlântico do Marrocos à Amazônia (1769-1783). São Paulo. Martins: 2008.

WAGNER, Ana Paula. POPULAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: Recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em História junto ao Programa de Pós-graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. 2009.